

Companhia Providência
Indústria e Comércio
Informações Trimestrais em
31 de março de 2012 e relatório dos auditores
independentes

Companhia Providência Indústria e Comércio

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011		31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	89.220	70.394	93.021	81.176	Fornecedores (Nota 15)	12.896	20.900	22.618	35.255
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	1.574	3.006	1.574	3.006	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	4.999	4.916	4.999	4.916
Contas a receber (Nota 8)	105.840	133.245	129.914	160.877	Empréstimos (Nota 16)	43.473	44.430	73.462	73.572
Estoques (Nota 9)	38.275	38.773	51.416	50.151	Encargos sociais e provisões trabalhistas	5.304	6.816	6.242	8.618
Tributos a recuperar (Nota 10)	27.300	30.697	38.600	42.138	Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 17)	1.356	1.391	1.668	1.711
Partes relacionadas (Nota 27)	14.374	9.486			Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	343	379	395	456
Outros direitos realizáveis	5.063	6.747	16.890	18.333	Dividendos a pagar	25.436	6	25.436	6
					Outras contas a pagar	5.520	5.396	5.968	5.731
	<u>281.646</u>	<u>292.348</u>	<u>331.415</u>	<u>355.681</u>		<u>99.327</u>	<u>84.234</u>	<u>140.788</u>	<u>130.265</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos (Nota 16)	153.234	161.083	374.854	348.435
Contas a receber (Nota 8)	2.081	2.177	4.302	4.526	Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 17)	385	500	385	500
Tributos a recuperar (Nota 10)	29.363	26.690	30.136	27.463	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	84.571	85.877	96.759	97.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	145.177	148.747	148.418	152.813	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	331	297	352	297
Depósitos judiciais (Nota 17)	49	39	56	44	Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	5.888	7.202		
Depósitos e empréstimos compulsórios	29	29	29	29		<u>244.409</u>	<u>254.959</u>	<u>472.350</u>	<u>446.470</u>
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127		<u>343.736</u>	<u>339.193</u>	<u>613.138</u>	<u>576.735</u>
Investimentos (Nota 12)	121.833	120.234			Patrimônio líquido capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora				
Intangível (Nota 13)	10.303	10.217	44.609	44.632	Capital social (Nota 20)	409.003	409.003	409.003	409.003
Imobilizado (Nota 14)	424.445	427.870	725.363	680.705	Reservas de capital (Nota 20)	11.245	11.064	11.245	11.064
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20)	166.261	168.597	166.261	168.597
	<u>733.407</u>	<u>736.130</u>	<u>953.040</u>	<u>910.339</u>	Reservas de lucros (Nota 20)	76.004	101.434	76.004	101.434
					Ações em tesouraria (Nota 20)	(813)	(813)	(813)	(813)
					Lucros acumulados (Nota 20)	9.617		9.617	
						<u>671.317</u>	<u>689.285</u>	<u>671.317</u>	<u>689.285</u>
Total do ativo	<u>1.015.053</u>	<u>1.028.478</u>	<u>1.284.455</u>	<u>1.266.020</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.015.053</u>	<u>1.028.478</u>	<u>1.284.455</u>	<u>1.266.020</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Período findo em 31 de março</u>		<u>Período findo em 31 de março</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações continuadas				
Receita (Nota 21)	104.583	95.335	139.423	115.121
Custo das vendas	<u>(72.717)</u>	<u>(65.793)</u>	<u>(96.572)</u>	<u>(79.092)</u>
Lucro bruto	31.866	29.542	42.851	36.029
Despesas com vendas (Nota 22)	(8.445)	(8.935)	(9.409)	(9.761)
Despesas administrativas (Nota 22)	(10.205)	(12.672)	(13.465)	(15.738)
Outras receitas (Nota 22)	189	1.049	215	1.109
	<u>(18.461)</u>	<u>(20.558)</u>	<u>(22.659)</u>	<u>(24.390)</u>
Lucro operacional	13.405	8.984	20.192	11.639
Receitas financeiras (Nota 23)	13.019	7.967	12.862	8.463
Despesas financeiras (Nota 23)	<u>(19.792)</u>	<u>(11.462)</u>	<u>(22.210)</u>	<u>(11.727)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(6.773)</u>	<u>(3.495)</u>	<u>(9.348)</u>	<u>(3.264)</u>
Participação nos lucros das controladas (Nota 12)	2.687	3.516		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.319	9.005	10.844	8.375
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	<u>(2.264)</u>	<u>(1.863)</u>	<u>(3.789)</u>	<u>(1.233)</u>
Lucro do período das operações continuadas	<u>7.055</u>	<u>7.142</u>	<u>7.055</u>	<u>7.142</u>
Lucro líquido do período	<u>7.055</u>	<u>7.142</u>	<u>7.055</u>	<u>7.142</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 20)	<u>0,09</u>	<u>0,09</u>	<u>0,09</u>	<u>0,09</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações do resultado abrangente Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Período findo em 31 de março</u>		<u>Período findo em 31 de março</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do período	<u>7.055</u>	<u>7.142</u>	<u>7.055</u>	<u>7.142</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de controlada localizada no exterior	<u>226</u>	<u>94</u>	<u>226</u>	<u>94</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>7.281</u>	<u>7.236</u>	<u>7.281</u>	<u>7.236</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas do consolidado												
	Capital Social	Custos de emissão	Reservas de capital			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos	Total				
Em 01 de janeiro de 2011	422.269	(13.266)	17.404	1.324	18.728	6.013	21.755	68.518	96.286	(6.701)		179.785	697.101
Lucro líquido do período											29.451		29.451
Varição cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(942)	(942)
Total do resultado abrangente do período											29.451	(942)	28.509
Realização do custo atribuído (Nota 14)											15.524	(15.524)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 19)											(5.278)	5.278	
Total da realização do custo atribuído											10.246	(10.246)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Recuperação de ações (Nota 20)										(813)			(813)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 20)			(6.701)		(6.701)					6.701			
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				361	361								361
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 20)											(14.118)		(14.118)
Dividendos provisionados (Nota 20)													(21.755)
Reserva legal						1.473					(1.473)		
Reserva para dividendos adicionais propostos							25.430		25.430		(25.430)		
Destinação dos lucros acumulados:													
Reversão de reserva referente ao pagamento baseado em ações (Nota 20)				(1.324)	(1.324)						1.324		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			(6.701)	(963)	(7.664)	1.473	3.675		5.148	5.888	(39.697)		(36.325)
Em 31 de dezembro de 2011	422.269	(13.266)	10.703	361	11.064	7.486	25.430	68.518	101.434	(813)		168.597	689.285
Lucro líquido do período											7.055		7.055
Varição cambial de investidas no exterior (Nota 12)												226	226
Total do resultado abrangente do período											7.055	226	7.281
Realização do custo atribuído (Nota 14)											3.881	(3.881)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 19)											(1.319)	1.319	
Total da realização do custo atribuído											2.562	(2.562)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				181	181								181
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos provisionados (Nota 20)							(25.430)		(25.430)				(25.430)
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				181	181		(25.430)		(25.430)				(25.249)
Em 31 de março de 2012	422.269	(13.266)	10.703	542	11.245	7.486		68.518	76.004	(813)	9.617	166.261	671.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	7.055	7.142	7.055	7.142
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	5.867	5.763	7.762	6.436
Amortização do intangível	878	738	948	739
Juros e variações monetárias	2.149	6.436	4.696	6.345
Valor residual do permanente baixado	3		3	
Pagamento baseado em ações	181		181	
Imposto de renda e contribuição social	2.264	1.762	3.789	766
Reversão de provisão para passivo a descoberto	(1.088)	(73)		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.599)	(3.443)		
Perda de valores ativos (PDD)	535	15	744	140
	16.245	18.340	25.178	21.568
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	24.714	(2.143)	27.239	(7.423)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	498	(7.416)	(1.265)	(12.453)
Decréscimo de tributos a recuperar	724	15.421	865	15.272
Decréscimo de outros direitos realizáveis	3.106	2.746	2.863	2.804
(Acréscimo) de partes relacionadas	(4.888)			
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	(8.004)	13.837	(12.637)	19.174
Acréscimo (decréscimo) de encargos sociais e provisões trabalhistas	(1.512)	347	(2.376)	496
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	(150)	(290)	(158)	63
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(685)	(1.806)	314	(2.075)
Caixa gerado nas operações	13.803	20.696	14.845	15.858
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.048	39.036	40.023	37.426
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(2.445)	(1.410)	(56.992)	(14.539)
Aquisição de intangível	(964)	(171)	(964)	(171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.409)	(1.581)	(57.956)	(14.710)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos			45.673	10.747
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.288)	(4.756)	(8.599)	(8.828)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(3.525)	(2.042)	(5.333)	(2.715)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(7.813)	(6.798)	31.741	(796)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa			(1.963)	(444)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	18.826	30.657	11.845	21.476
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	89.220	252.525	93.021	270.616
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	70.394	221.868	81.176	249.140
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	18.826	30.657	11.845	21.476

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações do valor adicionado Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Período findo em 31 de março</u>		<u>Período findo em 31 de março</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas				
Vendas brutas de produtos	118.910	107.691	155.878	129.531
Outras receitas	284	1.049	215	1.110
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(536)	(15)	(782)	(140)
	<u>118.658</u>	<u>108.725</u>	<u>155.311</u>	<u>130.501</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(86.134)	(78.149)	(110.216)	(92.982)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(488)	(4.756)	(562)	(5.177)
	<u>(86.622)</u>	<u>(82.905)</u>	<u>(110.778)</u>	<u>(98.159)</u>
Valor adicionado bruto	32.036	25.820	44.533	32.342
Depreciação e amortização	(6.745)	(6.501)	(8.710)	(7.175)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	25.291	19.319	35.823	25.167
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.599	3.443		
Provisão para passivo a descoberto	1.088	73		
Receitas financeiras	13.019	7.967	12.862	8.463
	<u>15.706</u>	<u>11.483</u>	<u>12.862</u>	<u>8.463</u>
Valor adicionado total a distribuir	40.997	30.802	48.685	33.630
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	5.148	5.336	7.226	7.138
Honorários de diretoria	1.856	1.067	1.856	1.067
Benefícios	1.828	1.002	2.173	1.233
Encargos trabalhistas e previdenciários	2.610	2.387	3.062	2.734
Impostos, taxas e contribuições		4		23
Tributos Federais	2.391	1.915	3.972	1.292
Tributos Estaduais	230	326	787	844
Tributos Municipais	3		75	
Juros e variações cambiais	19.665	11.411	22.027	11.668
Alugueres	211	212	452	489
Lucros retidos	7.055	7.142	7.055	7.142
Valor adicionado distribuído	40.997	30.802	48.685	33.630

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das Informações Trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a “Companhia”), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e suas controladas tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

A Companhia possui duas subsidiárias, uma em Pouso Alegre, Minas Gerais e outra em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva a Companhia esta investindo em uma nova máquina na planta de Pouso Alegre com previsão de entrada em produção no segundo trimestre de 2012 e uma nova máquina na planta de Statesville com previsão de entrada em produção no último trimestre de 2012.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 11 de maio de 2012.

Reestruturação societária

- (a) Em 31 de janeiro de 2008, com base no laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”) efetuou incorporação reversa de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em consequência da incorporação, a Isofilme teve seu capital social aumentado em R\$17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	
Intangível		Circulante	
Ágio		Conta mútuo	
Isofilme Indústria e		Companhia Providência	
Comércio de Plásticos Ltda.	<u>39.759</u>	Indústria e Comércio	<u>22.225</u>
		Patrimônio líquido	
		Capital social	<u>17.534</u>
	<u>39.759</u>		<u>39.759</u>

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações Ltda. está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.);
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação; e,
- Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Em 08 de agosto de 2008 foi constituída a Providencia USA Inc., localizada em Statesville, Carolina do Norte, Estados Unidos, que atua na fabricação e comercialização do produto tecido não-tecido (“*nonwoven*”) resultante da transformação de polipropileno. A planta foi inaugurada em 31 de janeiro de 2011 e sua produção atende, principalmente, a clientes anteriores da Companhia e abastece os segmentos de descartáveis higiênicos e médico-hospitalares da América do Norte.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o “custo atribuído” de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de suas controladas. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2012 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Sendo assim, são necessários ajustes tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para se chegar ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o não-tecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como “*hedge*” (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

Na data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.8 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de 12 de 56

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depósito Interbancário), a qual em 31 de março de 2012 correspondia, em média, a 9,48% a.a. (31 de dezembro de 2011: 10,87% a.a.).

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, vide maiores informações na nota 1 (a).

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.11 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações ("Stock Options"), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Normas, alterações e respectivas interpretações ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e respectivas interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor; (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram; (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total dessas alterações. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" foi emitida em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido para controle em conjunto. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo" foi emitida em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências alinhadas entre IFRS e US GAAP não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC ainda não em vigor com o risco de causar impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isofilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 17% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas sendo que os 83% restantes estão indexados à LIBOR e SIFMA. Parte significativa das receitas (29%) advém das exportações e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita à taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores justos e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	63.451	34.823	76.505	40.785
Passivo:				
Fornecedores	(3.735)	(2.050)	(14.674)	(7.823)
Empréstimos e financiamentos	<u>(371.699)</u>	<u>(203.995)</u>	<u>(346.199)</u>	<u>(184.561)</u>
Posições passivas	<u>(375.434)</u>	<u>(206.045)</u>	<u>(360.873)</u>	<u>(192.384)</u>
Total exposto	<u><u>(311.983)</u></u>	<u><u>(171.222)</u></u>	<u><u>(284.368)</u></u>	<u><u>(151.599)</u></u>

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	Cenário				
		(-) 50 %	(-) 25 %	provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	0,8900	1,3350	1,7800	2,2250	2,6700
Contas a receber	Dólar	(32.459)	(16.962)	(1.466)	14.030	29.526
Empréstimos e financiamentos	Dólar	190.143	99.366	8.588	(82.189)	(172.967)
Fornecedores	Dólar	<u>1.911</u>	<u>998</u>	<u>86</u>	<u>(826)</u>	<u>(1.739)</u>
Ganho (perda)		<u><u>159.595</u></u>	<u><u>83.402</u></u>	<u><u>7.208</u></u>	<u><u>(68.985)</u></u>	<u><u>(145.180)</u></u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em 31 de março de 2012 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sensibilidade à taxa de juros – Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	4,50%	6,75%	9,00%	11,25%	13,5%
Taxas do indexador	LIBOR6	0,45%	0,67%	0,90%	1,12%	1,34%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	4.207	6.377	8.591	10.852	13.158
Empréstimos e financiamentos	CDI/Selic	(461)	(692)	(922)	(1.153)	(1.383)
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	(4.912)	(5.876)	(6.438)	(6.961)	(8.375)
Ganho (perda)		<u>(1.166)</u>	<u>(191)</u>	<u>1.231</u>	<u>2.738</u>	<u>3.400</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de *hedge* (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	Cenário				
		(-) 50 %	(-) 25 %	provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap CDI x US\$	Alta do US\$	3.120	1.502	(119)	(1.744)	(3.371)
Swap US\$ x CDI	Alta do CDI	(12.363)	(5.370)	18.446	42.283	50.436
Swap LIBOR flut. x fixa	Baixa da LIBOR	(1.081)	(992)	(915)	(808)	(703)
Termo de moeda (NDF)	Queda do US\$	(11.159)	(5.146)	867	5.678	12.894
Perda/ganho		(21.483)	(10.006)	18.729	45.409	59.256

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo. O resultado aqui apresentado, caso ocorra, será revertido integral e naturalmente via a própria operação da Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Em 31 de março de 2012, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	106.083	133.117	131.307	161.818

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Grupo 2	1.838	2.305	2.909	3.585
	<u>107.921</u>	<u>135.422</u>	<u>134.216</u>	<u>165.403</u>

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
AAA	1.103	2.940	1.436	9.361
AA+	507		507	
A-1	22.726		22.726	
A-3	53.706	57.552	57.174	61.913
BB		3.226		3.226
B	6.845	6.676	6.845	6.676
brfA+f	3.309		3.309	
brfAAAf	1.024		1.024	
	<u>89.220</u>	<u>70.394</u>	<u>93.021</u>	<u>81.176</u>

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2012						
Instrumentos financeiros derivativos			(3.425)			(3.425)
Fornecedores	(11.816)	(1.080)				(12.896)
- Pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	(1.330)	(20.813)	(20.791)	(8.336)		(51.270)
- Pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos		(539)		(136.271)	(8.627)	(145.437)
	<u>(13.146)</u>	<u>(22.432)</u>	<u>(24.216)</u>	<u>(144.607)</u>	<u>(8.627)</u>	<u>(213.028)</u>
Consolidado						
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2012						
Instrumentos financeiros derivativos			(3.425)			(3.425)
Fornecedores	(20.562)	(2.056)				(22.618)
- Pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	(6.571)	(22.465)	(43.887)	(155.355)	(58.642)	(286.920)
- Pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos		(539)		(136.271)	(24.586)	(161.396)
	<u>(27.133)</u>	<u>(25.060)</u>	<u>(47.312)</u>	<u>(291.626)</u>	<u>(83.228)</u>	<u>(474.359)</u>

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido ao invés da data de vencimento e, sendo assim, estão demonstrados na coluna “De 3 meses a 1 ano”. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem os contratos de *Swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de março de 2012 essa relação apresentou o resultado de 0,40 (0,38 em 31 de dezembro de 2011), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	89.220	70.394	93.021	81.176
	<u>89.220</u>	<u>70.394</u>	<u>93.021</u>	<u>81.176</u>
Ativos financeiros				
Recebíveis:				
Contas a receber de clientes	107.921	135.422	134.216	165.403
Depósitos judiciais	49	39	56	44
	<u>107.970</u>	<u>135.461</u>	<u>134.272</u>	<u>165.447</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	1.574	3.006	1.574	3.006
	<u>1.574</u>	<u>3.006</u>	<u>1.574</u>	<u>3.006</u>
Total do ativo circulante	<u>198.764</u>	<u>208.861</u>	<u>228.867</u>	<u>249.629</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	12.896	20.900	22.618	35.255
Empréstimos e financiamentos	196.707	205.513	448.316	422.007
	<u>209.603</u>	<u>226.413</u>	<u>470.934</u>	<u>457.262</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	4.999	4.916	4.999	4.916
	<u>4.999</u>	<u>4.916</u>	<u>4.999</u>	<u>4.916</u>
Total do passivo circulante	<u>214.602</u>	<u>231.329</u>	<u>475.933</u>	<u>462.178</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e suas controladas, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Recursos em bancos e em caixa	1.103	2.940	1.436	9.361
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	88.117	67.454	91.585	71.815

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa no balanço	89.220	70.394	93.021	81.176
--	--------	--------	--------	--------

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102,5% (2011 - 102,3%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

7 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros (a)	92	5.635	40	7.371
Contratos de câmbio a termo (b)		(636)		(2.455)
Contratos de opção de dólar (c)	1.482		2.966	
Parcela circulante	1.574	4.999	3.006	4.916

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a) Swap de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de março de 2012 correspondem a R\$ 141.710 (R\$ 145.886 em 31 de dezembro de 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de Swap, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Bancos Votorantim e BTG Pactual: US\$ 3,3 milhões - posição ativa em CDI + 1,35% ao ano e passiva em US\$ + 5,7% ao ano, com vencimentos semestrais até dezembro de 2012;
- Banco Espírito Santo: US\$ 7,5 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,6% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco BTG Pactual: US\$ 5,6 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,78% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

-
- Banco Santander: US\$ 5,6 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,88% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013; e,
 - Banco Itaú: USD 52,4 milhões - posição ativa em US\$ + 4,85% ao ano e passiva em CDI + 1,7% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2018.

(b) Contratos de câmbio a termo (“Forward”):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de março de 2012, totalizam R\$ 24.154 (R\$ 29.441 em 31 de dezembro de 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2012, a Companhia contratou operações de “compra” de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco HSBC: US\$ 2,8 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização R\$ 1,6825, com vencimento para 16 de abril de 2012;
- Banco Santander: US\$ 2,3 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização de R\$ 1,7496, com vencimentos até 15 de junho de 2012;
- Banco Bradesco: US\$ 6,2 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização de R\$ 1,8393, com vencimentos até 16 de novembro de 2012; e,
- Banco Votorantim: US\$ 1,9 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 1,9146, com vencimentos para 17 de dezembro de 2012.

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de março de 2012, totalizam R\$ 29.521 (R\$ 29.441 em 31 de dezembro de 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2012, a Companhia contratou operações de “opção de compra de moeda” (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Santander: US\$ 3,7 milhões - opção (Call-compra) à taxa média de R\$ 1,7788, com vencimentos para 15 de maio de 2012, 15 de agosto de 2012 e 16 de novembro de 2012;
- Banco HSBC: US\$ 2,1 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,8409, com vencimento para 16 de julho de 2012;
- Banco Votorantim: US\$ 2,3 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,9580, com vencimento para 17 de setembro de 2012;
- Banco Itaú: US\$ 6,7 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,8345, com vencimentos para 15 de junho de 2012 e 15 de outubro de 2012; e,
- Banco Bradesco: US\$ 1,5 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,8980, com vencimento para 17 de dezembro de 2012;

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes no mercado interno	48.580	63.567	75.117	92.503
Contas a receber de clientes no mercado externo	62.304	74.283	63.987	77.044
Menos: provisão para devedores duvidosos	(2.963)	(2.428)	(4.888)	(4.144)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>107.921</u>	<u>135.422</u>	<u>134.216</u>	<u>165.403</u>
Parcela no circulante	105.840	133.245	129.914	160.877
Parcela no não circulante	2.081	2.177	4.302	4.526

Em 31 de março de 2012, o prazo médio de recebimento das vendas é de 75 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2011). A Companhia e suas controladas constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da análise da situação financeira atual de cada devedor.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
A vencer	101.455	129.590	124.934	156.163
Vencidos até 60 dias	4.475	3.559	7.485	6.519
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.283	318	1.346	433
Vencidos há mais de 90 dias	3.671	4.383	5.339	6.432
Total	<u>110.884</u>	<u>137.850</u>	<u>139.104</u>	<u>169.547</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(2.963)</u>	<u>(2.428)</u>	<u>(4.888)</u>	<u>(4.144)</u>
Total	<u>107.921</u>	<u>135.422</u>	<u>134.216</u>	<u>165.403</u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Saldo anterior	(2.428)	(2.535)	(4.144)	(3.627)
Provisão para devedores duvidosos	(646)	(1.771)	(878)	(3.021)
Valores não usados, estornados	<u>111</u>	<u>1.878</u>	<u>134</u>	<u>2.504</u>
Saldo final	<u>(2.963)</u>	<u>(2.428)</u>	<u>(4.888)</u>	<u>(4.144)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Matérias-primas	4.581	4.568	6.745	6.120
Matérias-primas auxiliares	7.274	8.088	8.180	9.171
Produtos em elaboração	872	1.147	2.015	2.219
Produtos acabados	18.513	18.466	24.302	23.090
Material de almoxarifado	6.307	6.256	9.257	9.277
Mercadorias em trânsito	<u>728</u>	<u>248</u>	<u>917</u>	<u>274</u>
Total	<u>38.275</u>	<u>38.773</u>	<u>51.416</u>	<u>50.151</u>

10 Tributos a recuperar

	<u>31 de março de 2012</u>		<u>31 de dezembro de 2011</u>	
	<u>Ativo circulante</u>	<u>Realizável a longo prazo</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Realizável a longo prazo</u>
Controladora				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	8.602	6.758	12.960	3.584
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	3.285		3.192	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	3.565	16.191	2.736	16.661
Programa de Integração Social - PIS	395	1.728	493	1.849
Antecipações de IR e CS	100	202	100	198
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	<u>11.353</u>	<u>4.484</u>	<u>11.216</u>	<u>4.398</u>
	<u>27.300</u>	<u>29.363</u>	<u>30.697</u>	<u>26.690</u>
Controladas				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços –ICMS	31	117	31	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.417		2.142	
Contribuição para fins da Seguridade social - COFINS	1.471	179	7.014	179
Programa de Integração Social - PIS	6.546	41	1.573	41

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Antecipações de IR e CS	100			
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	<u>735</u>	<u>436</u>	<u>681</u>	<u>436</u>
	<u>11.300</u>	<u>773</u>	<u>11.441</u>	<u>773</u>
Consolidado	<u><u>38.600</u></u>	<u><u>30.136</u></u>	<u><u>42.138</u></u>	<u><u>27.463</u></u>

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das vendas para o mercado externo, sendo possível a sua compensação através de pedido de restituição junto à repartição da receita estadual.

Os créditos de ICMS de longo prazo são recuperáveis através da negociação com empresas interessadas ou através da compensação com a fatura de energia elétrica.

De acordo com a legislação fiscal a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário. Dessa forma, os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão em longo prazo (superior a 12 meses), foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 17) em conta específica no passivo não circulante.

Os créditos de PIS/COFINS nas controladas, referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da controlada Isofilme, cujo aproveitamento será feito em oito meses via transferência para a conta gráfica.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Ativo		
Controladora		
Imposto de Renda (IR)		
Prejuízos fiscais acumulados	202.637	196.594
Diferenças temporárias	<u>(40.301)</u>	<u>(37.670)</u>
	<u>162.336</u>	<u>158.924</u>
Alíquota de IR	25%	25%

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Ativo		
Crédito de IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	40.584	39.731
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	66.069	69.547
Total de crédito de imposto de renda	<u>106.653</u>	<u>109.278</u>
Contribuição social		
Bases negativas acumuladas	202.637	196.594
Diferenças temporárias	<u>(38.881)</u>	<u>(36.238)</u>
	<u>163.756</u>	<u>160.356</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Crédito de CS diferido sobre bases negativas e diferenças temporárias	14.738	14.432
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	23.786	25.037
Total de crédito contribuição social	<u>38.524</u>	<u>39.469</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	<u>145.177</u>	<u>148.747</u>
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	8.203	8.900
Imposto Federal (alíquota de 32%)	2.625	2.848
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	574	623
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	<u>42</u>	<u>595</u>
Total de imposto de renda diferido ativo	<u>3.241</u>	<u>4.066</u>
Consolidado	148.418	152.813

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Até março de 2013	16.512	16.918	18.988	19.550
De abril de 2013 até março de 2014	24.873	25.485	26.145	26.919
De abril de 2014 até março de 2015	25.016	25.631	24.894	25.631

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De abril de 2015 até março de 2016	25.392	26.016	25.268	26.016
De abril de 2016 até março de 2017	25.648	26.279	25.523	26.279
De abril de 2017 até 2021	27.736	28.418	27.600	28.418
	<u>145.177</u>	<u>148.747</u>	<u>148.418</u>	<u>152.813</u>

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa “veículo” utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

12 Investimentos

(a) Investimentos em controladas

Em 31 de março de 2012, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o não tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de não tecido (“*nonwoven*”). Em 31 de março de 2012, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação%	Participação em:	
					31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Isofilme Ltda.	Brasil	121.833	1.599	99,99	121.833	120.234
Providencia USA Inc.	EUA	(5.888)	1.088	100,00		
					<u>121.833</u>	<u>120.234</u>

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas:

31 de março de 2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	213.553	(91.720)	17.412	1.599
Providencia USA Inc.	193.090	(198.978)	19.917	1.088
31 de dezembro de 2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	168.244	(48.009)	78.036	10.892
Providencia USA Inc.	199.020	(206.222)	50.149	(1.614)

(b) Controlada com passivo a descoberto

Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica “Provisão para passivo a descoberto” e computada da seguinte forma:

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Providencia USA Inc.	(5.888)	(7.202)	(5.888)	(7.202)

Durante o período findo em 31 de março de 2012, a Companhia registrou receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.088 no resultado (despesa de R\$ 1.614 em 31 de dezembro de 2011) e registrou ganho decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 226 na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota “d” a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

	Controladora
	Isofilme
Investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	120.234
Equivalência patrimonial	1.599
Saldos em 31 de março de 2012	121.833

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

Controladora

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Providencia USA Inc.
Passivo a descoberto	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(7.202)</u>
Ajustes acumulados de conversão	226
Equivalência patrimonial	1.088
Saldos em 31 de março de 2012	<u>(5.888)</u>

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13 Intangível

(a) Composição

Controladora					
		<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>		
	<u>Custo corrigido</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>*Taxa de amortização (%)</u>
Softwares	18.183	(7.880)	10.303	10.217	20%
	<u>18.183</u>	<u>(7.880)</u>	<u>10.303</u>	<u>10.217</u>	
* média ponderada					

Consolidado					
		<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>		
	<u>Custo corrigido</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>*Taxa de depreciação (%)</u>
Softwares	19.651	(8.175)	11.476	11.499	20%
Ágio	39.759	(6.626)	33.133	33.133	
	<u>59.410</u>	<u>(14.801)</u>	<u>44.609</u>	<u>44.632</u>	
* média ponderada					

(b) Movimentação do ativo intangível

Controladora

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2011		31 de março de 2012			
	Valor líquido	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Valor líquido
Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	10.217	964	(878)			10.303
	<u>10.217</u>	<u>964</u>	<u>(878)</u>			<u>10.303</u>

Consolidado

	31 de dezembro de 2011		31 de março de 2012			
	Valor líquido	Adições	Amortização	Baixas	Variação cambial	Valor líquido
Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	11.499	964	(948)		(39)	11.476
Ágio	33.133					33.133
	<u>44.632</u>	<u>964</u>	<u>(948)</u>		<u>(39)</u>	<u>44.609</u>

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*). Em 31 de dezembro de 2011, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio, sendo que, para março de 2012, não ocorreram fatos que mudaram significativamente as premissas utilizadas em dezembro de 2011. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2021. Em 31 de março de 2012 não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 5,45% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2011 (10,87%) descontada a inflação anual projetada para 2012 (IPCA) de 5,42% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14 Imobilizado

(a) Composição

	Controladora					
				31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido	*Taxa de depreciação (%)
Terrenos	12.520			12.520	12.520	
Edifícios e construções	94.298	(11.883)	(7.020)	75.395	76.151	3
Máquinas e equipamentos	637.308	(264.871)	(42.783)	329.654	332.196	4
Instalações industriais	6.908	(3.121)	(145)	3.642	3.674	10
Ferramentas e pertences	406	(92)		314	300	10
Hardware	4.084	(2.852)		1.232	1.341	20
Veículos	103	(93)		10	11	20
Móveis e utensílios	3.086	(2.325)		761	801	10
Imobilizações em andamento	811			811	770	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	759.630	(285.237)	(49.948)	424.445	427.870	

* média ponderada

Consolidado

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		*Taxa de depreciação (%)
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido	
Terrenos	15.036			15.036	15.108	
Edifícios e construções	112.373	(12.583)	(7.020)	92.770	94.121	3
Máquinas e equipamentos	827.732	(292.449)	(43.169)	492.114	489.315	4
Instalações industriais	9.454	(4.303)	(261)	4.890	4.976	10
Ferramentas e pertences	728	(170)		558	564	10
Hardware	4.487	(2.999)		1.488	1.620	20
Veículos	264	(113)		151	161	20
Móveis e utensílios	3.825	(2.567)		1.258	1.330	10
Imobilizações em andamento	116.992			116.992	73.404	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	<u>1.090.997</u>	<u>(315.184)</u>	<u>(50.450)</u>	<u>725.363</u>	<u>680.705</u>	

* média ponderada

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					Valor líquido
	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012				
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Valor líquido
Terrenos	12.520					12.520
Edifícios e construções	76.151	17	(773)			75.395
Máquinas e equipamentos	332.196	2.291	(4.833)			329.654
Instalações industriais	3.674	73	(105)			3.642
Ferramentas e pertences	300	22	(8)			314
Hardware	1.341		(106)	(3)		1.232
Veículos	11		(1)			10
Móveis e utensílios	801	1	(41)			761
Imobilizações em andamento	770	41				811
Outras imobilizações	106					106
	<u>427.870</u>	<u>2.445</u>	<u>(5.867)</u>	<u>(3)</u>		<u>424.445</u>

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor líquido	Adições	Perda cambial em conversão de moeda estrangeira	Depreciação	Baixas	Transferências	Valor líquido
Terrenos	15.108		(72)				15.036
Edifícios e construções	94.121	17	(480)	(888)			92.770
Máquinas e equipamentos	489.315	11.876	(2.636)	(6.503)		62	492.114
Instalações industriais	4.976	74		(160)			4.890
Ferramentas e pertences	564	22	(7)	(21)			558
Hardware	1.620		(8)	(121)	(3)		1.488
Veículos	161		(4)	(6)			151
Móveis e utensílios	1.330	1	(10)	(63)			1.258
Imobilizações em andamento	73.404	45.002	(1.352)			(62)	116.992
Outras imobilizações	106						106
	<u>680.705</u>	<u>56.992</u>	<u>(4.569)</u>	<u>(7.762)</u>	<u>(3)</u>		<u>725.363</u>

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011 foi de R\$ 3.844, para cada período, na controladora e de R\$ 3.881 no consolidado.

A depreciação do período findo em 31 de março de 2012, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 6.431 (em 31 de março de 2011 - R\$ 4.932) sendo que as despesas operacionais somam R\$ 1.331 (em 31 de março de 2011 - R\$ 1.504).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas, de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica “Imobilizações em andamento”.

A partir do mês de maio de 2011 a fábrica nos Estados Unidos atingiu seus níveis mínimos de produção. Dessa forma, os bens foram transferidos da rubrica “Imobilizações em Andamento” e passaram a ser depreciados.

15 Fornecedores

Controladora

Consolidado

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Fornecedores	12.896	20.900	22.618	35.255
Saldo final	<u>12.896</u>	<u>20.900</u>	<u>22.618</u>	<u>35.255</u>

Em 31 de março de 2012, o prazo médio de pagamento das compras é de 21 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2011). A Companhia e suas controladas colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

16 Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

				Controladora	
<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Financiamento máquina de fabricação do tecido	LIBOR +				
nãotecido Máquina Kami 9	(a) 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestrais a partir de 2009 até 2013	115 25.080	296 30.482
Nota de crédito à exportação	(b) 112% do CDI	Real	Juros: semestrais até 2012 Principal: semestrais a partir de 2010 até 2012	700 25.375	375 25.000
EXIM-PSI	(c) 9% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2013 Principal: Maio 2013	542 50.000	433 50.000
Pré-pagamento	(d) 4,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2018 Principal: semestrais a partir de 2013 até 2018	1.128 93.767	1.218 97.709
Total controladora				<u>196.707</u>	<u>205.513</u>
Parcela no circulante				43.473	44.430
Parcela no passivo não circulante				<u>153.234</u>	<u>161.083</u>
				<u>196.707</u>	<u>205.513</u>

a) O montante de R\$ 25.195, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(financiamento de máquina), está garantido por notas promissórias no montante de US\$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme “Credit Agreement” firmado entre as partes.

- b) O montante de R\$ 26.075 refere-se ao contrato em aberto junto ao Banco Bradesco, cujos vencimentos de principal e juros são semestrais e vão até 2012.
- c) Em 28 de Novembro de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) através do programa “BNDES-Exim” na modalidade “BNDES-Exim Pré-Embarque PSI”, no montante de R\$ 50.000. Os recursos provenientes da operação são utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de maio de 2013. Os juros são calculados na base de 9% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.
- d) Em 26 de setembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% ao ano. De modo a proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de Swap no mesmo montante, de ponta ativa em USD + 4,85% ao ano e ponta passiva de CDI + 1,70% ao ano.

				Controladas	
<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Financiamento máquina	(e) LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestrais até 2016	51 13.597	18 13.977
	(f) LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023 Principal: semestrais até 2023	177 57.467	73 17.717
Financiamento planta USA	(g) LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestral até 2013	184 13.511	276 18.758
	(h) LIBOR + 2,47%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: semestral até 2015	128 18.455	50 18.946
	(i) LIBOR + 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: semestral até 2014	16 4.555	
	(j) LIBOR + 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestral até 2016	135 16.347	246 16.882
	(k) LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2016	66	179

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	Controladas	
				31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
	2,50%		Principal: 03/04/2016	9.172	9.379
(l) SIFMA		Dólar	Juros: mensais até 2030 Principal: 2030	8 15.951	3 16.422
(m) LIBOR + 1,50%		Dólar	Juros: semestrais até 2020 Principal: semestral até 2020	465 88.465	513 89.876
(n) LIBOR + 1,20%		Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: semestral até 2022	49 12.810	91 13.088
Total controladas				<u>251.609</u>	<u>216.494</u>
Total consolidado				<u>448.316</u>	<u>422.007</u>
Parcela no circulante (consolidado)				73.462	73.572
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				<u>374.854</u>	<u>348.435</u>
				<u>448.316</u>	<u>422.007</u>

- e) O montante de R\$ 13.648 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido (“*nonwoven*”), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.
- f) O montante de R\$ 57.644 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 28,7 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada em Minas Gerais e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
- g) O montante de R\$ 13.695 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008, destinado à aquisição das máquinas nos Estados Unidos.
- h) Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao Banco HSBC, operações no total de US\$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações ocorrerá em 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,47% ao ano, em média.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US\$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 26 de agosto de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% ao ano.
- j) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de junho de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% ao ano, em média.
- k) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% ao ano.
- l) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada Recovery Zone Facility Bonds, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de Iredell, administrada por um agente (Wells Fargo Bank), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (Securities Industry and Financial Markets Association).
- m) O montante de R\$ 88.930 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 34,6 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
- n) O montante de R\$ 12.859 refere-se à parcela liberada, do total de EUR 28,3 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
2013	66.509	72.247	96.832	105.126
2014	17.345	17.764	49.922	44.581
2015	17.345	17.764	47.781	43.550
2016	17.345	17.764	48.802	44.681
De 2017 até 2030	34.690	35.544	131.517	110.497
	<u>153.234</u>	<u>161.083</u>	<u>374.854</u>	<u>348.435</u>

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de março de 2012, os avais garantem os R\$ 180.317 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovey Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 31 de março de 2012, esse montante representa R\$ 173.081, dos quais R\$ 101.789 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 71.292 referem-se à máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de R\$ 17.800.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

LIBOR - London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária de Londres)

NCE - Notas de Crédito à Exportação

SIFMA - Securities Industry and Financial Markets Association (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Linhas de crédito:

Até 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas obtiveram duas linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco HSBC no montante total de US\$ 82,4 milhões visando o financiamento das duas novas máquinas que estão sendo adquiridas. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento dos projetos de construção dessas máquinas. Para a máquina a ser instalada no Brasil, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,25% ao ano. Já para a máquina a ser instalada nos Estados Unidos, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG.

Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas abriram linhas de crédito no montante de US\$ 40,9 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	196.707	205.513	201.566	208.051
	<u>196.707</u>	<u>205.513</u>	<u>201.566</u>	<u>208.051</u>

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	448.316	422.007	439.296	418.294
	<u>448.316</u>	<u>422.007</u>	<u>439.296</u>	<u>418.294</u>

Os empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (debt covenants).

17 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	561	385	597	500
PIS	8		8	
COFINS	22		22	
IRRF	321		382	
Demais obrigações tributárias	444		382	
	<u>1.356</u>	<u>385</u>	<u>1.391</u>	<u>500</u>
Controladas				
ICMS	34		63	
IRRF	200		145	
IRPJ e CSLL	47		67	
Demais obrigações tributárias	31		45	
	<u>312</u>		<u>320</u>	
Consolidado	<u>1.668</u>	<u>385</u>	<u>1.711</u>	<u>500</u>

18 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

A controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. é parte em diversos processos de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de março de 2012:

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	649	49	641	39
Cível	25		35	
Total	<u>674</u>	<u>49</u>	<u>676</u>	<u>39</u>
Circulante	343		379	
Não circulante	331	49	297	39

	Consolidado			
	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista (a)	722	56	718	44
Cível (b)	25		35	
Total	<u>747</u>	<u>56</u>	<u>753</u>	<u>44</u>
Circulante	395		456	
Não circulante	352	56	297	44

A movimentação das provisões no período findo em 31 de março de 2012 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	676	753
Adições	135	191
Baixas	<u>(137)</u>	<u>(197)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>674</u>	<u>747</u>

(a) Processos de Natureza Trabalhista

Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de Natureza Cível

Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexistência de título executivo e sustação de protesto.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Processos de Natureza Fiscal

A Companhia e suas controladas, em 31 de março de 2012, não figuram como parte em processos judiciais e administrativos que versam sobre matérias fiscais.

(d) Ações possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Trabalhistas	1.055	1.175	1.055	1.250
Cíveis	3.024	3.046	3.054	3.076
	<u>4.079</u>	<u>4.221</u>	<u>4.109</u>	<u>4.326</u>

Em 31 de março de 2012, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores somam R\$ 2.532 na Controladora e no Consolidado (R\$ 2.622 em 31 de dezembro de 2011).

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias, e sua composição é feita da seguinte forma:

	Controladora	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Passivo		
Imposto de Renda (IR)		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	<u>248.738</u>	<u>252.579</u>
	<u>248.738</u>	<u>252.579</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	<u>62.185</u>	<u>63.145</u>
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	<u>248.738</u>	<u>252.579</u>
	<u>248.738</u>	<u>252.579</u>
Alíquota de CS	9%	9%

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total de débito contribuição social	22.386	22.732
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	84.571	85.877
	Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Passivo		
Imposto de Renda (IR)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	32.877	30.406
Custo atribuído ao ativo imobilizado	251.707	255.588
	284.584	285.994
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	71.146	71.499
Contribuição social		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	32.877	30.406
Custo atribuído ao ativo imobilizado	251.707	255.588
	284.584	285.994
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	25.613	25.739
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	96.759	97.238

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2012, o capital social está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores

FIP ASAS	13.952.203	17,4%
FIP GG (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações*	4.651.081	5,8%
Libra Holding S/A*	2.508.800	3,1%
Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,4%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,5%
Fip Ggpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Boreal DTVM S/A*	361.900	0,5%

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Boreal Ações III Fia*	181.900	0,2%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	57.374.969	71,7%
Administradores		
Diretoria	33.509	0,0%
Conselho de Administração	4.006	0,0%
Conselho Fiscal	4.000	0,0%
Total Administradores	41.515	0,1%
Ações em circulação (free float)		
DVG1 Fundo de Investimento em Ações **	4.200.000	5,2%
Outros	18.275.548	22,8%
Total Ações em circulação (free float)	22.475.548	28,1%
Ações em tesouraria		
Ações em tesouraria	149.100	0,2%
Total Ações em tesouraria	149.100	0,2%
Total Ações	80.041.132	100,0%

* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações

** Através de leilão realizado na BM&FBovespa em 01 de dezembro de 2011, o acionista Décio Vinício Gomes transferiu 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias nominativas de sua propriedade para o DVG1 Fundo de Investimento em Ações, representativas de 5,25% do capital social total da Companhia.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

(b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R\$ 8,40 por ação. O plano apresentou carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário pode exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010.

Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano pudessem exercer a sua opção de compra de ações objeto desse Plano.

Dessa forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos venceu em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco	10,78% a.a.
Prazo total em anos	3
Volatilidade anual esperada	15,09% a.a
Valor justo da opção na data da outorga	R\$ 1,60

O valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de precificação *Garman-Kohlhagen*, devido ao objeto da opção gerar uma renda (dividendos) e o preço de período não ser corrigido.

Devido a Companhia não ser uma empresa de capital aberto na data da outorga, sem histórico de volatilidade da ação, foi utilizada a volatilidade histórica de empresa do mesmo segmento.

O referido plano prescreveu em 26 de julho de 2011, sendo que as opções não foram exercidas por nenhum dos beneficiários. Assim, a reserva constituída no patrimônio líquido no montante de R\$ 1.324 mil foi revertida contra lucros acumulados.

Em 30 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou novo plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 829.000 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 1,01% do capital social, ao preço de R\$ 6,10 por ação. O plano tem três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas demonstrações financeiras começou a ser feito a partir do mês de julho de 2011, visto que os contratos individuais entre a Companhia e os beneficiários foram assinados em 30 de junho de 2011.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 31 de março de 2012 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas.

O valor justo calculado para o programa de 2011 totalizou R\$ 1.510, e foi estimado com base no modelo binomial de valorização de opções.

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco	12,15% a.a.
Prazo total em anos	3
Volatilidade anual esperada	52,86% a.a
Valor justo da opção na data da outorga	R\$ 1,82

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,03%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigente, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2012, acrescido do número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações, ou seja:

$$\text{“Diluição em 31/03/2012”} = 829.000 / (80.041.132 + 829.000) \times 100 = 1,03\%$$

<u>Movimentação das opções</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Quantidade inicial	829.000	827.244
Opções outorgadas		829.000
Opções não exercidas		(827.244)
Quantidade final	829.000	829.000
Preços de exercício - plano aprovado em 05/07/2007	8,40	8,40
Preços de exercício - plano aprovado em 30/05/2011	6,10	6,10
Data de vencimento - plano aprovado em 05/07/2007	26/07/2011	26/07/2011
Data de vencimento - plano aprovado em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital é substancialmente composto pela reserva de ágio na emissão de ações. Conforme descrito na Nota 20 (b), a Companhia reconheceu reserva especial para fazer frente aos compromissos do novo plano de opções de compra de ações, cujo saldo totaliza R\$ 542 em 31 de março de 2012 (R\$ 361 em 31 de dezembro 2011).

(d) Ações em tesouraria

<u>Movimentação ações em tesouraria</u>	<u>Valor</u>	<u>Quantidade</u>
Recompra ações referentes ao 1º programa	23.258	3.124.000
Cancelamento de ações	(22.998)	(3.089.245)
Programa <i>Stock Options</i>	(260)	(34.755)
Recompra ações referentes ao 2º programa	2.009	783.000
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.009	783.000
Recompra ações referentes ao 2º programa	4.692	1.659.000
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.701	2.442.000
Cancelamento de ações	(6.701)	(2.442.000)

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Recompra ações referentes ao 3º programa	813	149.100
Saldo em 31 de dezembro de 2011	813	149.100
Saldo em 31 de março de 2012	813	149.100

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2007 o primeiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia para posterior manutenção em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social no máximo de 3.124.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações ordinárias em circulação. A operação, que teve início em janeiro de 2008, foi realizada por meio da corretora UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Ao longo do Programa, a Companhia recomprou as 3.124.000 ações pelo montante de R\$ 23.258.

Em 30 de outubro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o cancelamento de 3.089.245 ações em tesouraria.

Em 12 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia com as mesmas características do primeiro Programa, sendo no máximo de 2.442.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações em circulação. A operação foi realizada por meio das corretoras BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento e/ou Merrill Lynch S.A. CTVM. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia recomprou 2.442.000 ações pelo montante de R\$ 6.701.

Em reunião realizada em 6 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia Providência aprovou o cancelamento das 2.442.000 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e duas mil) ações detidas em Tesouraria, e consequente alteração na divisão do Capital Social da Companhia, que passa a ser representado por 80.041.132 (oitenta milhões, quarenta e uma mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão. A Administração da Companhia entende que o Programa, que visa recomprar até 2.260.000 ações em até 365 dias para manutenção em tesouraria ou cancelamento, atende o interesse da Providência tendo em vista o valor de cotação de suas ações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e os recursos disponíveis. O Programa compreenderá 10% do total de 22.624.648 ações ordinárias em circulação e será realizado por meio da Itaú Corretora de Valores S.A. Até 31 de março de 2012 a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R\$ 813.

(e) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

(f) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de março de 2012, foi aprovada a distribuição de 100% da base de cálculo dos dividendos ajustada de 2011. Em novembro de 2011 a Companhia pagou R\$ 14.118 em dividendos antecipados. O saldo restante no valor de R\$ 25.430,

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondente a R\$ 0,32 por ação ordinária, será pago em 25 de maio de 2012.

(g) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas e, desta forma, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidade de ações dilutivas, o lucro diluído por ação foi igual ao lucro básico por ação:

	Básico e diluído	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Resultado do período	7.055	7.142
Quantidade média ponderada de ações	79.892	80.041
Lucro por ação	<u>0,09</u>	<u>0,09</u>

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos e ajustes do período referem-se a:

- Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Saldo de R\$ 166.127 (R\$ 168.688 em 31 de dezembro 2011) movimentado pela realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 2.562 no período findo em 31 de março de 2012 (R\$ 2.561 em 31 de março de 2011);
- Ajustes acumulados de conversão: Saldo positivo de R\$ 135 (saldo negativo de R\$ 91 em 31 de dezembro 2011) movimentado pela variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc., no valor de R\$ 226 (R\$ 94 em 31 de março de 2011).

21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Vendas brutas de produtos	122.665	112.768	159.995	134.835
Devoluções de vendas	(3.755)	(5.077)	(4.118)	(5.304)
Impostos sobre vendas	<u>(14.327)</u>	<u>(12.356)</u>	<u>(16.454)</u>	<u>(14.410)</u>
Receita líquida	<u>104.583</u>	<u>95.335</u>	<u>139.423</u>	<u>115.121</u>

22 Despesas por natureza e custos dos produtos vendidos

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Custos variáveis e gastos indiretos	(72.717)	(65.793)	(96.572)	(79.092)
Despesas com vendas				
Logística	(6.561)	(7.848)	(6.127)	(8.529)
Comissões	(460)	(601)	(460)	(618)
Outras	(1.424)	(486)	(2.822)	(614)
Total despesas com vendas	<u>(8.445)</u>	<u>(8.935)</u>	<u>(9.409)</u>	<u>(9.761)</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	(3.950)	(4.002)	(5.387)	(4.979)
Administradores	(1.856)	(1.450)	(1.856)	(1.450)
Despesa de benefícios a empregados	(1.144)	(1.920)	(1.816)	(2.632)
Despesa com <i>utilities</i>	(158)	(202)	(238)	(647)
Serviços prestados	(1.152)	(2.161)	(1.336)	(2.320)
Despesas de viagem	(371)	(369)	(425)	(432)
Impostos e taxas	(54)	(403)	(156)	(424)
Encargos de depreciação e amortização	(1.199)	(1.599)	(1.331)	(1.733)
Outras despesas	(321)	(566)	(920)	(1.121)
Total despesas administrativas	<u>(10.205)</u>	<u>(12.672)</u>	<u>(13.465)</u>	<u>(15.738)</u>
Outras receitas				
Receita de aluguel	352	325	356	325
Reversão de provisões e recuperação de despesas	41	724	41	784
Outras	(204)		(182)	
Total outras receitas	<u>189</u>	<u>1.049</u>	<u>215</u>	<u>1.109</u>
Total	<u>(91.178)</u>	<u>(86.351)</u>	<u>(119.231)</u>	<u>(103.482)</u>

23 Despesas e receitas financeiras

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Juros	229	747	287	762
Varição cambial	10.324	1.052	10.045	1.086
Receitas com operações de derivativos	569	211	569	211
Rendimentos de aplicações financeiras	1.773	5.816	1.810	6.102
Ajuste a valor presente de recebíveis	(142)	109	(118)	107

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros	266	32	269	195
	<u>13.019</u>	<u>7.967</u>	<u>12.862</u>	<u>8.463</u>

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 31 de março de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011, se devem, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira.

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Juros	(3.372)	(7.140)	(4.546)	(7.388)
Variação cambial	(13.815)	(3.402)	(14.506)	(3.281)
Despesas com operação de derivativos	(2.084)	(415)	(2.084)	(415)
Outros	(521)	(505)	(1.074)	(643)
	<u>(19.792)</u>	<u>(11.462)</u>	<u>(22.210)</u>	<u>(11.727)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 31 de março de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011, referem-se, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira e a redução nos juros sobre os empréstimos através da troca de posições a taxas menores.

24 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Lucro antes dos tributos	9.319	9.005	10.844	8.375
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(3.168)	(3.062)	(3.687)	(2.848)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controladas	914	1.195		
Itens permanentes, líquidos	(10)	4	(102)	1.615
Valor lançado ao resultado	<u>(2.264)</u>	<u>(1.863)</u>	<u>(3.789)</u>	<u>(1.233)</u>
Corrente*	(1.576)	1.206	(1.802)	1.700
Diferido	(688)	(3.069)	(1.987)	(2.933)
Valor lançado ao resultado	<u>(2.264)</u>	<u>(1.863)</u>	<u>(3.789)</u>	<u>(1.233)</u>

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* Composto, substancialmente, pela realização de IR e CS diferidos.

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 31 de março de 2012

	Controladora		
	Saldo em 2011	Movimento	Saldo em 2012
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	196.594	6.043	202.637
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	66.842	2.055	68.897
Diferenças temporárias:			
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 34%	5.993	957	6.950
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 9%	1.423		1.423
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	(43.847)	(1.853)	(45.700)
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(12.679)	(896)	(13.575)
3) Diferenças permanentes			
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	94.584	(4.729)	89.855
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>148.747</u>	<u>(3.570)</u>	<u>145.177</u>
Efeito da realização do custo atribuído (Passivo)		1.306	
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(2.264)</u>	
	Consolidado		
	Saldo em 2011	Movimento	Saldo em 2012
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	200.352	6.398	206.750
Prejuízo fiscal EUA	8.900	(697)	8.203
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	71.591	1.903	73.494
Diferenças temporárias:			
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 34%	11.242	1.549	12.791
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 9%	1.423		1.423
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	(50.920)	(3.118)	(54.038)
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(13.362)	(1.569)	(14.931)
3) Diferenças permanentes			
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	94.584	(4.729)	89.855
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>152.813</u>	<u>(4.395)</u>	<u>148.418</u>
Efeito da realização do custo atribuído (Passivo)		1.306	
Diferenças permanentes Isofilme		(700)	
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(3.789)</u>	

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia e suas controladas efetuadas no período findo em 31 de março de 2012 totalizou R\$ 113 (R\$ 116, comparativamente ao mesmo período de 2011), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	510.798	200.000
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	159.828	37.440
Responsabilidade Civil		
D&O	17.000	17.000
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	6.831	6.831
Riscos de Engenharia	209.160	150.000
Total	<u>903.617</u>	<u>411.271</u>

As coberturas de seguros são:

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

A Companhia também contrata seguros específicos para atividades esporádicas. No ano de 2010 a Companhia contratou junto a diversas seguradoras, com vigência 2011/2012, Seguro de Risco de Engenharia destinado a cobrir possíveis sinistro de descarga e montagem de máquinas laminadora e impressoras adquiridas.

27 Partes relacionadas

(a) Controladora

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações Financeiras	6.845	6.676
Contrato de opção de dólar (Call-compra)		959
Isofilme Ind. E Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de Mútuo (a)	5.089	
Providencia USA Inc.		
Contrato de Mútuo (a)	9.285	9.486
Contas a receber	1.224	1.224
	<u>22.443</u>	<u>18.345</u>
Passivo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Swap de taxa de juros LIBOR6 flutuante x pré-fixada	<u>400</u>	<u>384</u>
	<u>400</u>	<u>384</u>

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir.

Receitas

Despesas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio	173			
Providencia USA Inc.			85	
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			88	
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio	589			
Providencia USA Inc.			589	
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio	1.224			
Compra de produtos				
Providencia USA Inc.			1.224	
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.	<u>169</u>	<u>828</u>	<u>16</u>	<u>60</u>
	<u>2.155</u>	<u>828</u>	<u>2.002</u>	<u>60</u>

(a) Em 14 de setembro de 2011, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 (R\$ 9.486) com a Providencia USA Inc., com vencimento para 13 de setembro de 2012. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.

Em 10 de janeiro de 2012, 13 e 22 de fevereiro de 2012, foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 5.000 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de janeiro de 2013, 13 e 22 de fevereiro de 2013. A taxa de correção é de 102% do CDI.

Remuneração global dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2012, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 6.700, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 31 de março de 2012, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Remuneração	1.675	1.450
Remuneração baseada em ações	<u>181</u>	
	<u>1.856</u>	<u>1.450</u>

* * *